

**A GLORIA DO GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO
SOB OS AUSPÍCIOS DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL
ARLS AME- ACADEMIA MAÇONICA DE ESTUDOS 4008
JURISDICIONADA AO GOB – RJ.**

**SEGURANÇA PÚBLICA DIREITO E
CIDADANIA.**

Muitos serão os temas nacionais que merecem estudos e discussões. Nosso objetivo neste trabalho não será focar o todo, o conjunto de problemas que assolam a sociedade brasileira, esta será uma tarefa para políticos, pesquisadores, cientistas sociais possivelmente; nosso propósito, menos ambicioso, será abrir um debate sobre “Segurança Pública” e sua correlação direta com a Cidadania, inoculando uma semente, para que outras vozes, outros saberes se apresentem convergindo ideias e buscando soluções.

Ter em foco que para o exercício pleno da Cidadania, será fundamental estabilidade social, através de uma segurança individual, patrimonial e jurídica.

Ressalvamos para eventualidade de uma indesejável generalização, quer do autor ou de eventuais contribuições que possam surgir no calor da discussão, a necessária ressalva de estilo, preservando às instituições e os profissionais éticos e responsáveis. Portanto, não discutiremos instituições, nem os operadores da segurança, discutiremos circunstâncias a que essas estão submetidas em prejuízo do bem jurídico a serem tutelados no interesse da sociedade.

Nosso reativo é:

Sem segurança individual; uma segurança pública eficaz, não há cidadania possível.

O tema segurança pública é apaixonante, digressões são uma constante todos tem suas razões e certezas, quase sempre a busca de soluções mágicas.

Não restam dúvidas o Brasil está doente; uma doença que não quer curar, isto se deve a múltiplas questões, históricas da formação da sociedade, de certos marcos temporais desencadeados sem a devida preparação, da ausência de valores morais corrompidos lentamente, das questões econômicas que obrigaram a família a dar menos importância à formação educacional, gerando sem dúvidas um grande déficit civilizacional de valores humanos e neste espectro, refletindo, lembramos de Edmund Burke.

“Para que o mal triunfe basta que os bons fiquem de braços cruzados.”

Assim:

Considerando que, não há uma solução única possível para Segurança Pública toda e qualquer iniciativa sempre será insuficiente;

Considerando que, os elementos que constituem os problemas sociais que repercutem na segurança são múltiplos, de origem conhecidas e não conhecidas;

Considerando que, o enfrentamento não será possível, sem que haja um pacto nacional, por mudanças de valores, e adoção de critérios civilizacionais razoáveis;

Considerando que, esse pacto, mítico, deve ser iniciado pelos poderes públicos constituídos, e assim como um trato sucessivo, uma vez o Estado dando exemplo e implementando as ações afirmativas necessárias, será uma questão de tempo para que a sociedade com um todo seja proativa.

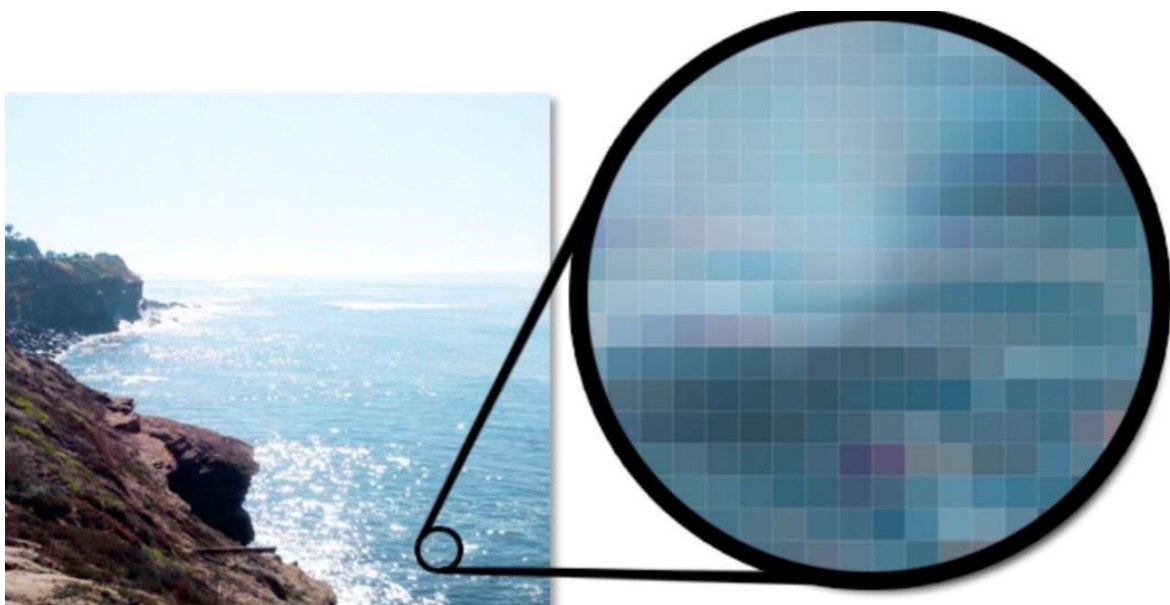
Considerando que, o engajamento social, o apoio da mídia e das instituições de ensino sejam o tripe inicial para disseminar a ideia reformadora que esse trabalho inaugura.

Portanto, restará a sociedade civil organizada encaminhar o tema e cobrar os gestores públicos, utilizando de todos os meios legais disponíveis.

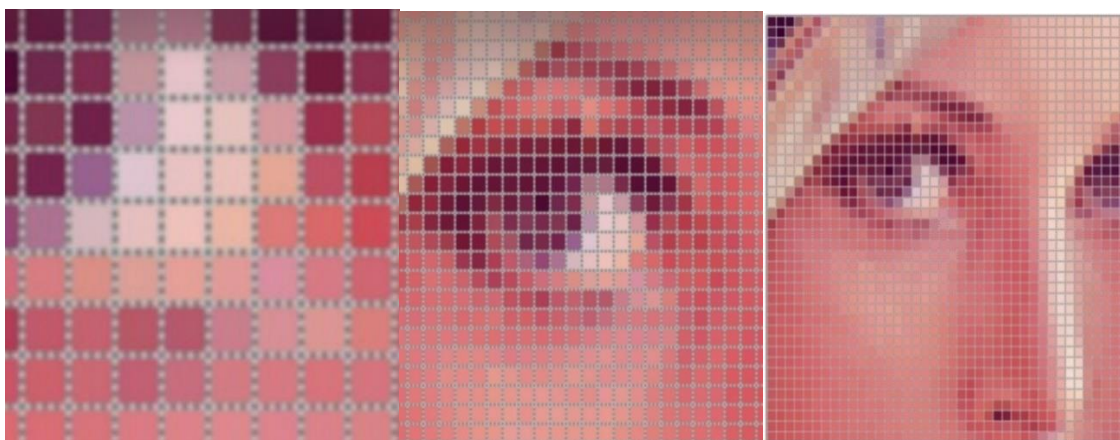
A guisa de facilitar a compreensão para o tema e iniciando a narrativa deste trabalho, avocamos a ideia de uma metáfora:

A Formação da imagem de uma televisão antiga.

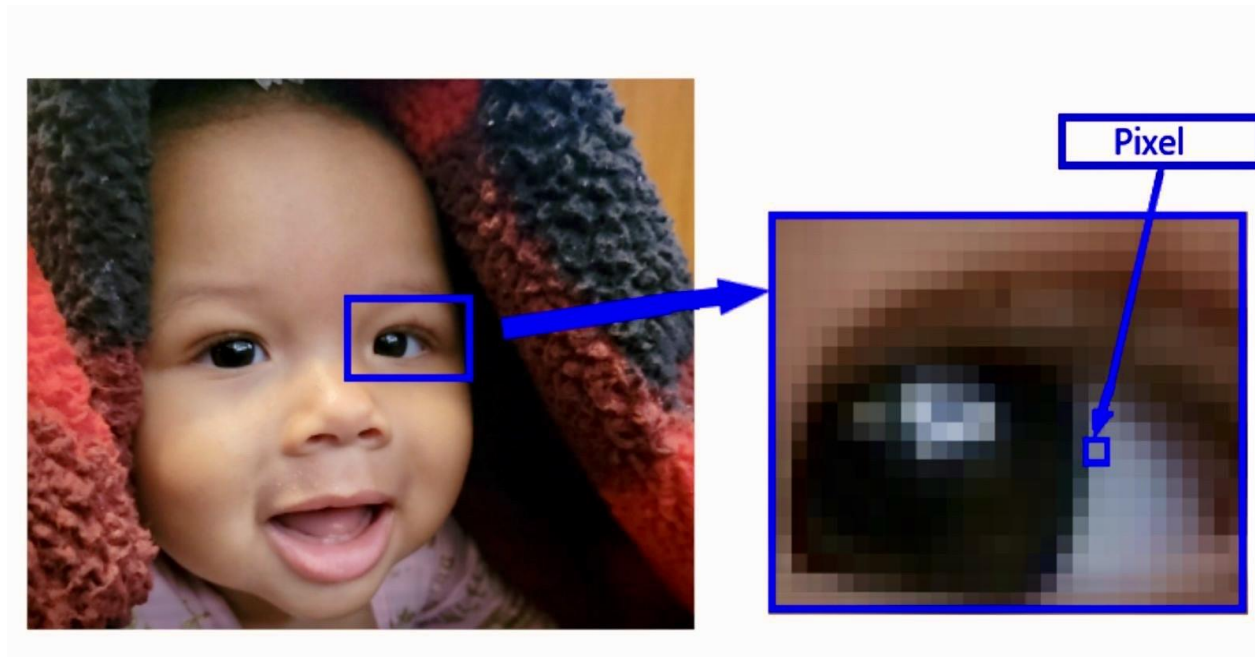
A imagem de uma televisão antiga era formada por milhares de pontos, percebidos apenas se olhássemos bem próximo ao tubo de imagem e assim, impossível identificar qualquer cor ou forma ou sentido. Entretanto, ao nos afastarmos, cada ponto se conectava, dando sentido às formas, às cores e à imagem como um todo.



Isto serve apenas para criar uma figura de imagem facilitando a compreensão. Pensemos na metáfora de pequenos bits, que sobrepostos ou lado a lado formarão a imagem a ser identificada e combatida, e da mesma forma os efeitos das ações corretivas terian a mesma dinâmica.



Imagens meramente ilustrativas.



Assim também é a situação da Segurança Pública, se olharmos o todo, compreendemos o que acontece, a consequência, o resultado; mais não conseguimos compreender completamente a origem e a complexidade dos seus elementos de originação.

Portanto, a ideia a que se pretende dar consequência seria fazer um movimento inverso, sem muita preocupação inicial com o resultado direto, mas de identificar e implementar medidas corretivas.

O senso de urgência atrapalha a estabilidade de qualquer ação corretiva.

Para tanto, será fundamental que estas medidas corretivas aconteçam a partir de estudada modulação legal, positivada e bem específica, para atingir pontualmente o evento a que se quer corrigir, isso nas esferas legislativas municipais, estaduais e federais.

Assim, imaginando uma escala, o estado atual de problemas seria percentualmente reduzido, através de correção iriam se sobrepondo de forma a construção de pequenas mudanças, inicialmente sem resultado aparente, mas ao longo de um certo tempo, que não será curto, todas as medidas seriam sentidas, apresentando resultados concretos e estáveis.

Destarte, não chegamos à situação atual em um ou dois anos, foram pelo menos 5 décadas de inercia corretiva, portanto, assim também será necessário décadas para sairmos da atual situação. O que parece evidente é, se não dermos o primeiro passo, a situação irá se agravar ainda mais, a um nível de desordem onde o Estado, a lei e a ordem, não poderão mais alcançar.

Coloco esta situação no futuro, mas este futuro está em nossas portas, basta olharmos o poder atual das milícias e do crime organizado, principalmente no eixo Rio-São Paulo.

O poder das milícias, o volume de armas e drogas disponível ao crime não deixam a menor dúvida.

Historicamente, a desestruturação da família brasileira poderia ser abordada através de uma perspectiva de insanidade, como uma espécie de teoria Conspiratória ou uma certa, ¹Teoria do Absurdo. Dado a sua desestruturação lenta e eficaz, imprescindíveis à formação da consciência de um povo.

Quem sabe, não seria obra do acaso, mas isso tenha ocorrido com propósito certo, de dominação cultural, de uma verdadeira revolução, como exemplo a famigerada propositura de Antônio Gramsci ², são teorias conspiratórias, como saber.

Trazendo à reflexão os meios de comunicação de massa, tem servido como instrumentos desta danosa revolução cultural, um papel de destaque neste momento social; sem olvidar-nos os relevantes serviços da mídia tradicional da imprensa, prestados à sociedade, a falta da presença reguladora do seguimento ou, se reguladora insuficiente e ineficaz, permitiram excessos e desvio de função em desacordo com o interesse da nação e a sua Constituição federal, recapitulando:

¹ O **absurdismo** é a teoria filosófica de que a vida em geral é absurda. Isto implica que o mundo carece de sentido ou de um propósito superior e não é totalmente inteligível pela razão. O termo "absurdo" também tem um sentido mais específico no contexto do absurdismo: refere-se a um conflito ou uma discrepância entre duas coisas. Essas discordâncias têm várias consequências para saber se o absurdismo é verdadeiro e para os argumentos citados a favor e contra ele. Os relatos populares caracterizam o conflito como uma colisão entre o homem racional e um universo irracional, entre intenção e resultado ou entre avaliação subjetiva e valor objetivo.

² **Antônio Sebastiano Francesco Gramsci**: Italiano: Ales, 22 de janeiro de 1891 —Roma, 27 de abril de 1937) foi um filósofo marxista, escritor, teórico político, jornalista, crítico literário, linguista, historiador e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia, história e linguística. Foi membro-fundador e secretário-geral do Partido Comunista da Itália. Gramsci é reconhecido, principalmente, pela sua teoria da hegemonia cultural que descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - Promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - Regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. *grifo nosso*

Longe de pretender abrir confronto com as poderosas redes de difusão de som e imagem, basta cotejarmos a leitura do texto legal com o que que é produzido e apresentado aos expectadores, para aferirmos o evidente descompasso.

Funcionando como autocrítica de seus rumos, fez por surgir, ocasionalmente, fatos episódicos marcantes e de graves consequências para Cultura Brasileira.

Transformando os meios de comunicação definidos na C.F., em políticos, e políticos partidários, repletos de narrativas e ideologias. Em defesa de seus interesses. Defesa de lados, desconstituindo valores, convertem os espectadores em presas fáceis, refém das narrativas em inocentes úteis.

Criando heróis caçadores de marajás e, por interesses contrariados desconstituindo em seguida. Do herói operário ao corrupto, reabilitado. Sempre em voga interesses, que não são interesses do povo. São inúmeros exemplos há exemplos de tudo.

Ora! quem de nós, em algum momento parou para refletir ao assistir em suas casas, a heroína das oito? – Uma prostituta! Ou, a célebre e de mau gosto Banana, dada ao Brasil na cena de encerramento da novela de maior audiência de todos os tempos da televisão brasileira; dos políticos corruptos bem sucedidos, do vale tudo para estar inscrito na moda, ditada pela estética visual desta invasão alienígena das Oito. Tudo muito engraçado e bem produzido esteticamente, mas com uma enorme dose subliminar de desconstituição de valores morais.

Deste massacre cultural, presente há décadas em todas as casas brasileiras, de norte a sul com frequência arrebatadora, fazendo crer as nossas meninas e meninos, que isto é que está certo! Afinal... a televisão não mente, tudo ali é verdadeiro com sua estética e narrativa e assim, nos remete à realidade virtual.

O histórico Jornal Nacional com a sua “credibilidade” que pontualmente as oito horas por décadas, decretou verdades e mentiras, na defesa dos seus interesses e de seus aliados.

Cuja virulência, raramente foi confrontada pelo Consórcio de Comunicação. Nome sutil encontrado para uma combinação de interesses cujo nome correto seria ³ CARTEL.

A televisão além de possuir a arte mítica de constituir heróis e vilões, passa agora a um movimento pendular, impondo ao arbítrio de interesses políticos, sociais e econômicos, as verdades e mentiras da conveniência do momento.

Há inúmeros exemplos, casos de difamações, da destruição de reputação, reproduzidas no horário nobre que destruíram vidas e histórias, que após investigação e desmentidas, nunca foram resgatadas.

Ministros acusados de fraudar licitação de bicicletas caem em desgraça; outros de contrabandear pedras preciosas; escola de Base; os cantores dedo duro; aos portadores de cenouras; presidente do Senado; da Câmara; de Tribunais Regionais Federais; presidentes da república; sem trégua ou contraditório, todos jogados aos leões, aos ridículos, irresponsavelmente, sem consequências para seus detratores.

Todos estes fatos noticiados sempre tiveram o **pode**⁴ o jargão conveniente da dúvida.

Nesta rubrica Imperativa tudo pode. Pode um avião cair neste momento? Neste lugar? Poderia o renascimento do Redentor ser hoje as dez horas?

Está visível que seguimentos da imprensa editam seus “ Podes ”, atendendo sempre a interesses inconfessáveis.

“Afinal... no grifo do “Pode Jornalístico” tudo pode.

Destarte, uma vez mais nosso profundo respeito à liberdade da imprensa, sem isto, o estado democrático seria atingido mortalmente, entretanto, para que este

³ **Cartel** é um acordo explícito ou implícito entre empresas concorrentes para, principalmente, fixação de preços ou cotas de produção, conteúdo de informação, divisão de clientes e de mercados de atuação ou, por meio da ação coordenada entre os participantes, em prejuízo do bem-estar do consumidor.

⁴ **Pode** é usado como substituto, dissimulado, para uma corrente de sinônimos de Poder: autoridade, domínio, mando, conseguir, comando, controle, arbítrio, direção, diretoria, presidência, mão, alçada, jurisdição, direito, **possibilidades**. No campo do possível, tudo é possível, mesmos que não seja provável.

direito em noticiar, esta liberdade ampla que todos desejamos seja preservada, deverá ser acompanhada de responsabilidade, situação não observada em nosso passado e no presente, pelos grandes seguimentos da imprensa brasileira.

Poucos enfrentam a mídia. E os que fazem acabam sozinhos. Nesta reflexão, abordamos abertamente o tema, porque sem a ajuda da imprensa será impossível, qualquer ação concreta de resgate da sociedade. Se é verdadeiro que a imprensa é parte do problema, é, seguramente, muito mais verdadeiro que sem ela, a imprensa, hoje redes sociais, mídia em geral não haverá saída.

Evoluindo em nossa narrativa, o Estado Brasileiro está ineficiente. O sistema bicameral, todo indexado em grilhões regionais e setoriais. Desde a dotação orçamentaria obrigatória às Agências reguladoras, Banco Central, pressões de todos os lados, pautas indígenas, ambientais, lei de responsabilidade fiscal, etc. O gestor público neste espectro, antes de tudo deve ser um malabarista, para equilibrar tantas variáveis simultaneamente e entregar uma boa gestão.

O Estado com seus três poderes, supostamente harmônicos e independentes, são atravessados diariamente pela dinâmica de outros poderes, conflitantes, buscando protagonismo. É a guerra de poder.

1. O Executivo;
2. O Judiciário;
3. O legislativo;

4. O Ministério Público;

5. A Imprensa.

6. Órgãos independentes de regulação, ambiental, economia etc.

Contradições do Estado, como não as ter. Este será o eterno preço da democracia, presente também em outras culturas em outras sociedades.

O que marca a grande diferença entre nós e as sociedades benchmarks^[2], no que diz respeito a esse trabalho da segurança pública, é o arcabouço de limitações do

^[2] O *Benchmark* é um processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de organizações que são reconhecidas como os melhores. Em outras palavras é olhar para a concorrência e "copiar o que está dando certo. O *Benchmarking* não é um método aleatório de recolher informação, mas trata-se de um processo sistemático estruturado etapa a etapa, com o objectivos de avaliar os métodos de trabalho no mercado. Os *outputs* deste processo proporcionam às empresas compararem os seus produtos, serviços e métodos de trabalho com os das organizações representantes das melhores práticas.

gestor público de uma forma geral, que se desdobra no conseqüente distanciamento dos interesses sociais, criando desta forma a maior dívida social na história do Brasil.

Estranhamente, neste momento histórico, a pauta Segurança Pública, se torna a mais emergente, figurando no topo da retórica política, independente de partidos ou ideologias. Suplantando pautas tradicionais tais como: saúde, educação, saneamento, renda, emprego etc.

Nos últimos anos, nossa economia segue razoavelmente bem, seguimos com invejável sucesso no agro, na mineração de commodities. O Brasil é grande, é maior que a irresponsabilidade.

O I.D.H. tem mostrado crescente inclusão social, hoje o povo tem carro, geladeira, televisão, telefone. Os programas sociais criados e reeditando por diversos governos, distribuem mensalmente mais de 18 bilhões de cheques aos famintos, aos que tem pressa, segundo célebre frase de autoria do sociólogo Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho.

Quem tem fome tem pressa!

Digo eu, quem precisa se proteger, e a sua família do vilipêndio sem a proteção do Estado tem muita pressa também.

O governo Lula, hoje de regresso, não tem conseguido reeditar sua popularidade seu grande sucesso, é fato. Seus feitos sociais e econômicos, talvez, pela mudança do contexto mundial ou mesmo por uma história desconstituída ou, muito provavelmente pelo surgimento do fenômeno Bolsonaro, já não são os mesmos.

Como diz a máxima popular, mudou você ou mudou o rio, mas iguais já não são as águas.

Se o anacronismo de Lula não encanta como no passado, será por suas próprias contradições ou pelo fenômeno Bolsonaro. A história irá mostrar.

O fenômeno Bolsonaro, merece um trabalho a parte; “triste estória de quem recebeu um mandato para mudar o Brasil e não foi capaz de fazê-lo, pelo simples fato de não ter conseguido mudar a si próprio”. Atrelado a familiares, vaidades e incontinência verbal, se perdeu no particular, embora possa ter acertado em alguma coisa no geral.

É evidente que governantes, independentes de ideologias ou partidos tem ações positivas outras não. Isso dependera do enfoque de quem analisa, de suas crenças pessoais etc. neste campo não há somente inocentes ou culpados. Todos terão suas

contradições é a vida. Assim refutamos neste trabalho qualquer viés ideológico de qualquer natureza, narramos os fatos a luz de nossa compreensão, na abordagem do tema segurança pública.

Vamos atender ao social, vamos cuidar dos pobres. Disse lula em recente entrevista: "Única razão de eu ter voltado à presidência é cuidar do povo pobre"

É dever do Estado sem dúvidas, zelar pelos mais pobres, mas também é de atender ao conjunto da sociedade, sem privilégios a ricos ou pobres. Por isto, devemos aditar à manifestação do Senhor Presidente, dizendo:

O cidadão, quem tem filhos, que trabalha, que paga impostos, que financia as políticas de distribuição de rendas, que paga a conta, o empresário, o profissional liberal, todos que na eminência de saírem de suas casas e nunca regressarem, têm pressa, e por isto exigem uma mudança de rumo já!

Todos temos histórias para contar, de nós próprios, de parentes ou amigos, de tragédias perfeitamente evitáveis, se o Estado tivesse cumprido minimamente suas obrigações, como exige do cidadão pagador de impostos.

No mundo psíquico, há um sentido lógico, uma percepção concreta, um sentido estético de equilíbrio, como se num contrato de trato sucessivo. Assim, nesta relação contratual imaginária, **Cidadão x Estado**, uma parte não poderá exigir o cumprimento da outra sem que também não venha cumprir o que lhe é exigido, logo em conclusão:

A falta de Segurança pública, traz a reboque uma infinidade de faltas, que gera consequências lesivas ao Estado Nacional, pelo não cumprimento esperado, da ordem pública pelo cidadão. Simples assim.

Do Estado, espera-se minimamente ética, o cumprimento da ordem, da lei. É incompreensível e inconcebível que, motivado por interesses corporativos, pela negligência, pelas irresponsabilidades de magistrados, políticos ou burocratas que visam unicamente sua perpetuidade no poder, seja perpetrada toda sorte de agressões ao cidadão, sempre com aquela decantada teoria: O interesse geral deverá ter preponderância sobre o particular.

Ora! O Estado é uma máquina aparelhada, cheia de vantagens legais, comparativas, sobre o cidadão comum, é um verdadeiro bunker inacessível.

Violências praticadas pelo Estado em seus múltiplos braços, são flagrantes agressões à Cidadania. O Estado Brasileiro entope o judiciário com milhões de ações em face de sua constante transgressão à ordem tributária, a lei e a constituição. Encarece a justiça, tornando-a menos eficaz e morosa para a tutela jurisdicional ao cidadão.

A inercia do Estado com este e tantos outros desmandos, trazem consequências diretas, prática de gestão pública irresponsáveis remetem as condenações milionárias; além do custo de pessoal para sustentar essas demandas, Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, os coadjuvantes de sempre: B.C, Incra, Sudan etc.

Segundo estimativas otimistas, o nosso passivo judicial, federal estadual e municipal, atinge a mais \$ 900 (novecentos bilhões de reais), o que seria mais do que o suficiente para reverter o gigantesco Passivo Social do presente.

Na esteira da segurança pública à guisa de exemplo, dando contorno ao tema, trazemos a colação a famosa bala perdida, cujo nome correto deveria ser:

Projétil balístico lançado pelo Estado, contra seus adversários em áreas urbanas, cujo destino será incerto e incontrolável.

Nos centros urbanos e, ou, comunidades onde existam forte adensamento populacional, é presumível que tiros dados por quem quer que seja, aleatoriamente, possam atingir a qualquer pessoa indiscriminadamente. Isso é o que se chama em direito de dolo eventual. Assim o projétil deflagrado por, policial ou meliante, traz riscos para população, pela produção dos seus resultados intencionais ou não.

Neste viés, é comum desconhecimento de autoria. Há casos onde os responsáveis são os elementos objeto da repressão policial outros não. Isso é um mantra, não há como saber.

O fato é que seguimentos de operadores da segurança pública, contribuem para determinadas situações, a estrutura posta a sua disposição para combate ao crime são insuficientes, precárias, por vezes sem a coordenação necessária e não proporcionam segurança aos próprios agentes.

Os marginais traficantes, devem ser combatidos energicamente sem dúvida, mas não com confronto direto, tolamente como tem sido feito ao longo de décadas.

Estes mecanismos tem se mostrado inadequados e não produziram resultados desejados.

Se o embate como o miliciano o traficante é direto e relativamente próximo, devemos buscar outras opções de armamento mais eficazes que não comprometam a população.

O que o agente de segurança precisa é o *Stopping power*.⁵ Combater o crime, mas com a conscientização da gravidade do momento, com determinação, muito planejamento, ação de inteligência, resiliência e utilização das ferramentas adequadas.

Apenas para ilustrar, segue uns poucos exemplos da evolução destes casos, em matérias jornalísticas de 2006 – 2016 – 2024, o que demonstra crescimento. Reprodução/redes sociais.

Segundo mapeamento feito pelo Instituto Fogo Cruzado, apenas neste ano, 100 pessoas foram atingidas por balas perdidas em cidades do Grande Rio.

De acordo com o estudo, a marca foi alcançada na tarde deste sábado (16), quando duas pessoas foram vítimas de balas perdidas em Vigário Geral, Zona Norte da cidade, durante perseguição policial pela Avenida Brasil.

A média é de 10 vítimas de bala perdida por mês de 2021, período que já contabiliza 23 mortos e 77 feridos em situações em que as vítimas não tinham nenhuma ligação, participação ou influência com a ocasião em que foram alvo dos disparos de arma de fogo.

O instituto aponta que, além das balas perdidas, as operações e ações policiais pouco planejadas também são parte do problema, além de afetarem de muitos modos a rotina de moradores do Grande Rio - nesses momentos, as ruas são fechadas, a circulação do transporte público é suspensa, aulas são canceladas e trabalhadores precisam justificar ausências e atrasos no trabalho.

O estudo também aponta que cinco crianças e cinco adolescentes foram atingidos por balas perdidas durante o período. Os números chamam a atenção para o fato de que, dos 21 baleados com mais de 60 anos na Região Metropolitana em 2021, 12 foram vítimas de balas perdidas.

⁵ ***Stopping power***, ou **poder de parada**, ou **poder de freamento**, representa o poder que um calibre de arma de fogo possui para pôr fora de combate um oponente atingido com um único disparo com determinado calibre, e preferencialmente sem necessidade de matá-lo, ou de comprometer terceiros fora do campo visual.

Ainda de acordo com o levantamento, os homens são maioria entre as vítimas de balas perdidas: 58 deles foram alvo. Além disso, 38 mulheres também acabaram atingidas. Quatro vítimas não tiveram o gênero identificado.

Homem pode ter sido morto por tiro disparado a 2 km

DA SUCURSAL DO RIO

O tiro de fuzil que matou anteontem o engenheiro Aílton Lopes Moreira pode ter sido disparado do morro da Fé (Penha, zona norte do Rio), que fica a dois quilômetros de distância do posto de combustíveis onde o engenheiro estava. A avaliação é do especialista em armamentos Ronaldo Leão, diretor de Estudos de Segurança do Núcleo de Estudos Estratégicos da UFF.

O FAL (Fuzil Automático Leve), de calibre 7.62 e que é usado por traficantes e policiais militares que há quase 50 dias se enfrentam no complexo de favelas do Alemão -do qual o morro da Fé faz parte-, **pode matar a até 2,5 km de distância**. Por volta das 10h, quando Moreira foi atingido, ocorria mais um confronto na favela. O disparo não tinha o engenheiro como alvo. Moreira foi atingido por acaso, quando abastecia seu carro no cruzamento da avenida Meriti com a avenida São Félix e a rua Francelino Motta, em Brás de Pina (zona norte).

"O raio de letalidade de um fuzil de calibre 7.62 é de 2.500 m.

O alcance pode chegar a até 5 km, mas sem letalidade. Se atingir alguém após este trajeto, e a pessoa estiver de casaco, é capaz de ela nem sentir a bala. Bate e cai no chão. Mas letal, com certeza, é possível a até 2.500 m", disse Leão. Já as pistolas de calibres 45 e 9 milímetros, também muito usadas pelos criminosos do Alemão e por policiais, têm um alcance letal de até 500 m.

Fuzis como o AR-15 e AK-47 matam a até 1.500 m de distância.

ONU: Brasil lidera ranking de mortes por bala perdida na América Latina e Caribe

Share on WhatsApp, Share on Facebook, Share on Twitter, Share on LinkedIn.

Publicado em 05/08/2016 - 00:12 Por Camila Boehm – Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O Brasil é o país com maior número de mortes por balas perdidas entre os países da América Latina e Caribe durante os anos de **2014 e 2015**, segundo [relatório](#) do Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, Desarmamento e Desenvolvimento na América Latina e Caribe (Unlirec, sigla em inglês), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). Os dados foram contabilizados a partir de casos divulgados pelos meios de comunicação em 27 países.

“Esse estudo dá alguns diagnósticos importantes, porque, em muitos casos, o discurso das autoridades, principalmente aqui no Brasil, é de como se a bala perdida fosse uma coisa que não tem o que se fazer para evitar”.

Brasil- O relatório do Unlirec informa que quase metade de todos os casos de incidentes relacionados à chamada intervenção legal combinada na região ocorreram do **Brasil**.

O total de intervenções relacionadas a algum crime, em todos os países da América Latina e no Caribe pesquisados, resultou em 83 vítimas. No Brasil, esse número foi 37, representando 44,5% do total. O documento destacou os incidentes de balas perdidas no processo de pacificação em favelas, geralmente caracterizadas por confrontos entre a polícia militar e o crime organizado, mantendo uma tendência observada anteriormente.

“Segundo Langeani, o fato de o Brasil estar no topo do *ranking* não é uma surpresa, pois o país tem 60 mil homicídios por ano, o que é considerado um número alto. “[Com] essa quantidade de violência armada, obviamente, você vai ter essa questão dos danos colaterais, que são as balas perdidas”. Langeani diz que, entre as soluções, a mais geral tem a ver com o trabalho específico das polícias para retirar armas ilegais de circulação. Para ele, esse ponto seria uma das soluções para todos os países e influenciaria diretamente no problema.

Em relação aos casos em decorrência de intervenção policial, o coordenador do Instituto Sou da Paz diz ser necessário discutir os protocolos de atuação da polícia e a escolha do armamento das corporações. “Todas essas escolhas interferem na questão da bala perdida. Se você escolhe uma arma que é inadequada para o policiamento, ela pode gerar mais danos para civis”, disse.

De acordo com Langeani, a troca do armamento mais adequada seria por carabinas, porque seus disparos atingem uma distância menor e a arma não dá o chamado tiro de rajada, que, segundo ele, é um tiro que o policial perde um pouco do controle do alvo no qual estão atirando, o que aumenta a possibilidade de vitimar civis.

***O GLOBO* — Rio de Janeiro**

18/06/2024 16h19 Atualizado há um mês

Rio Região Metropolitana do Rio teve 15 mortes por balas perdidas, diz Fogo Cruzado **Np total, entre janeiro e junho deste ano, 52 pessoas foram baleadas desta maneira no período. Dados já englobam as duas mortes ocorridas, nesta terça-feira, na Linha Amarela**

Por



Tentativa de assalto deixa dois mortos na Linha Amarela — Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

Dados do Instituto Fogo Cruzado revelam que 52 pessoas foram vítimas de balas perdidas na Região Metropolitana do Rio, entre o início de janeiro e o dia 18 de junho de 2024. Deste total, 15 pessoas morreram e 37 ficaram feridas. Nesta terça-feira, este tipo de violência fez duas novas vítimas. Deborah Vilas Boas Pires da Silva, de 27 anos, estava num ponto de ônibus às margens da Linha Amarela, na altura de Bonsucesso, quando foi atingida por tiro disparado em meio a um confronto entre assaltantes e policiais. Já José Carlos da Silva Miranda, de 64, foi ferido em um coletivo que passava pelo trecho. Os dois não resistiram aos ferimentos e morreram. **Outras vítimas**

Segundo o Fogo Cruzado, do total de 52 feridos por balas perdidas, 25 aconteceram durante ações de agentes de segurança. A estatística não inclui outros dois casos recentes na linha vermelha.

Este enfrentamento é a perda de parâmetros de racionalidade do Estado, enxugando gelo, reproduzindo para si o modelo usado por aqueles a quem pretende reprimir.

Incrivelmente, um projétil lançado por uma arma calibres 556 ou 762 tiver uma dispersão angular da ordem de um centímetro na origem, em função da distância que esse projétil irá percorrer, a 2 mil metros estaria com desvio dezenas de metros. Simples assim, não existe controle algum e nem responsabilidade com o resultado produzido.

Isto pode estar representado pela equação diferencial,

$$dy/d\theta = 1/\cos^2\theta (x1 - x1^2 \cdot g/v0^2 \cdot \sin\theta / \cos\theta)$$

que traduz a variação deflexão da trajetória de um projétil, em função da variação angular da origem. Foram desprezadas as variáveis, efeito da força e direção do vento resistência do ar e o desvio do spin do projétil, o que se considerado, agravaria ainda mais o resultado.

Não há dúvidas, devemos ir às origens, solucionar os problemas na base, resgatar o social. Dar educação, saúde, emprego, dignidade ao cidadão, porém no estágio atual, há que se dar um choque de gestão. É imperativo que alguma coisa aconteça já, sem promessas ou pirotecnia para o horário nobre.

Não há como romper estruturas encasteladas, sem um choque de gestão.

O processo de transformação social requer o rompimento do *status quo*. Seria ingenuidade imaginar que o *establishment* se dispusesse a promover mudanças que lhes sejam menos favoráveis.

A gênese, ao tratarmos de valores morais será naturalmente a família. A estrutura familiar como dito lentamente desestruturada, causa e efeito, da atual falta de segurança pública no País.

Portanto, em respeito à Lei Maior, que tem na família a base estrutural da sociedade, todas as ações sociais, devem ser atravessadas por este valor maior, pelo crivo dos interesses da família. Será na família que o indivíduo se formará, para não delinquir. Pegando a metáfora emprestada:

O Nome do Pai é o inaugurador da ordem Simbólica da Lei. Isto nos ensina a Psicanálise ^[3].

Se buscarmos daí uma explicação mais arrojada, poderemos recorrer a uma espécie de falta de inscrição simbólica do Nome do Pai; de sua inscrição no campo da linguagem.

Confirmar a presença da Lei deve ser, portanto, dever estrutural do Estado. Será na certeza punitiva, mais do que na extensão da pena (axioma jurídico) a força necessária para marcar de forma indelével à consciência do que representa viver em uma sociedade, respeitando suas regras de civilidade.

Não podemos confundir a conhecida tolerância com o estado de necessidade, os chamados crimes famélicos com crimes. Com a negligência do Estado em zelar pela segurança dos seus naturais.

À primeira vista uma reflexão nos indica que mazelas de ordem social não justificam o descumprimento da ordem pública. Porquanto, existem sociedades infinitamente mais pobres, mais carentes de bens e de serviço, do que a brasileira, porém, estas se mantêm firmes, pelo cumprimento das regras legais impostas. Claro estar essa consciência advém de uma forte estruturação familiar, da educação e do braço firme do Estado.

Presente o Estado, a “Tolerância Zero” funcionou em uma cidade cujo apelo à transgressão generalizada: Máfia, corrupção, roubos, drogas tudo estava nas ruas ao alcance das vistas até dos turistas menos afetos àquela realidade. Esta realidade foi radicalmente mudada. Hoje uma das cidades mais seguras dos Estados Unidos da América, não restou saudades de New York dos anos 70 e 80. Exemplo de que o poder público pode fazer a diferença, independente do grau de enraizamento da criminalidade ou da corrosão da ordem pública.

O Seminário Nacional sobre Violência Urbana e Segurança Pública, ocorrido em Brasília 2001, produziu a Carta de Brasília, foi mais um exemplo de pirotecnia

^[3] O Simbólico é o registro em que se marca a ligação do Desejo com a Lei e a Falta, através do Complexo de Castração, operador do Complexo de Édipo. Para Lacan, "a lei e o desejo recalçado são uma só e a mesma coisa". Lacan pensa a lei a partir de Lévi-Strauss, ou seja, da interdição do incesto que possibilita a circulação do maior dos bens simbólicos, as mulheres. O desejo é uma falta-a-ser metaforizada na interdição edipiana, a falta possibilitando a deriva do desejo, desejo enquanto metonímia. Lacan articula neste processo dois grandes conceitos, o Nome-do-Pai e o Falo. Para operar com este campo, criando seus Matemas.

do Estado para dar satisfação à sociedade. Esta carta, longe de esgotar o tema, teria sido um passo importante, não fosse a falta do engajamento coletivo dos poderes constituídos.

A subsequente proposta do governo com a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (**Pronasci**), seis anos após a carta de Brasília, pelo visto mais uma justificativa à sociedade sempre com propósito de auto isenção de responsabilidades. O velho jogo do faz de contas.

Sociólogo outrora festejado: Luiz Eduardo Soares ^[4], em seu importante ensaio sobre política de segurança pública aborda corretamente o tema e, em sua pretensão maior de ensaísta, pretende responder a três perguntas:

1. Quais os problemas nacionais mais graves, no campo da segurança pública?
2. O que seria preciso fazer para resolvê-los ou minimizá-los? – isto é, para que o futuro fosse marcado por mais segurança, nos marcos ditados pelo respeito aos direitos constitucionais?
3. Caso não se implemente as políticas públicas aqui consideradas necessárias, quais seriam as consequências, ou seja, nesse caso, que futuro poderia esperar, quanto à segurança e aos efeitos mais amplos de sua deterioração, no âmbito, sobretudo, da sociabilidade urbana e das instituições democráticas?

Infelizmente o ilustre sociólogo não conseguiu responder a nenhuma de suas próprias questões, nem como ensaísta nem como agente atuante no cenário da segurança pública no Rio de Janeiro, como secretário Estadual de Segurança no governo Benedita e a nível nacional como Secretário Nacional de Segurança no governo Lula. Isto pela simples razão: intelectualizou, politizou, esquecendo-se do óbvio:

1. Criminalidade combate-se com ações objetivas, restritivas e policiais.

2. Políticas sociais requer um plano geral de ação com envolvimento de toda estrutura

^[4] É mestre em Antropologia Social, doutor em Ciência Política, com pós-doutorado em Filosofia Política, foi professor do IUPERJ, da Ucam e da Unicamp, pesquisador do Iser, pesquisador visitante do Vera Institut of Justice, de Nova York, e professor visitante da Columbia University, University of Virginia e University of Pittsburgh.

Foi secretário Nacional de Segurança Pública entre janeiro e outubro de 2003; subsecretário de Segurança e coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro entre janeiro de 1999 e março de 2000; foi consultor da Prefeitura de Porto Alegre, responsável pelo Plano Municipal de Segurança desta cidade e pela implantação do projeto piloto em 2001.

governamental. Uma será a consequência da outra, porém, postas lado a lado não se misturam como água e azeite.

O Governo em sequência, edita um plano nacional de segurança com oito pontos básicos, de difícil implementação. Isto porque desloca para os estados a responsabilidade de apresentarem seus planos estaduais e aplicá-los; uma vez mais, um plano político, um aceno para a plateia.

“O P.N.S.P. foi idealizado com base em alguns princípios gerais que nortearam o estabelecimento de oito objetivos principais que são:

- i)* promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos;
- ii)* contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal;
- iii)* aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado;
- iv)* reduzir a criminalidade e a insegurança pública;**
- v)* controlar o crime organizado e eliminar o poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial a comunidades vulneráveis e a expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas;
- vi)* bloquear a dinâmica do recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico;
- vii)* ampliar a eficiência policial e reduzir a corrupção e a violência policiais;
- viii)* valorizar as polícias, reformando-as e requalificando-os, e levando-os a recuperar a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos.”

Neste abstrato plano, bastaria para o cidadão comum apenas a aplicação do item 4 que é:

Reduzir a criminalidade e a insegurança pública.

Uma vez mais, estamos diante da velha contradição, de promover o resgate do grande passivo social, que deve ser uma constante prioridade para qualquer governo e politizar esta tarefa expondo a segurança do cidadão.

Há muito trabalho a ser feito, são décadas de descaso. O sistema carcerário, é um exemplo da selvageria e irresponsabilidade do Estado, qualquer pessoa de bom senso que visitar o sistema prisional brasileiro verá a impossibilidade de se obter

qualquer resultado de reinserção dos presos à sociedade. As prisões brasileiras são uma universidade do crime, onde, este é operado de forma remota, sendo inatingível qualquer resultado corretivo.

Ora! O resgate desejado através de Políticas Sociais, será uma tarefa que demandará muito tempo, planejamento, dinheiro, vontade política, ambiência política etc., o que o cidadão comum exige, é segurança já.

Nada seduz mais a um político ou burocrata do que as estatísticas. Afinal, informação é poder. Poder de afirmar, validar seu discurso de apresentar caminhos de concluir qualquer debate com a serenidade do Saber que aliena impondo verdades.

As estatísticas oficiais na área de segurança pública são um engodo. Não traduzem a realidade das ruas. No Rio de Janeiro, nossa experiência é que apenas uma parcela das vítimas, recorrem à polícia ao ter seu telefone furtado, ou seu carro arrombado.

Não podemos tratar o real pelo abstrato. O crime está na rua. Presente. Deve ser atacado no presente. Estatísticas certas ou não, são compilações de fatos passados, devemos olhar para o presente e, mais ainda para futuro.

O Rio de Janeiro se mobiliza incrédulo ao filme Tropa de Elite, ficção ou retrato da realidade. Não fosse a situação trágica, seria cômica.

Porque tanto alvoroço, afinal é uma ficção ou não. Quanto de verdade existirá naquelas cenas surrealistas ou, apenas ficção, roteirizada por policiais ou, estaria o diretor Padilha sendo um veículo para dramatizar uma denúncia.

Ora! se somente uma pequena parte do filme for verdades, escrutinadas estariam as instituições. Mas, tudo ficou no campo da ficção.

Pasme o absurdo! O filme Cidade de Deus, seria o nosso representante no Oscar, nosso garoto propaganda, representando a sociedade Brasileira. Uma inquestionável propaganda da desordem, do crime, e do mau gosto, trazendo prejuízo a imagem do país, conseqüentemente para o turismo, e para a economia. O fruto deste subproduto cultural seria inevitável.

A imagem do País estaria circunscrita àquela realidade grosseira, de estética, forma e conteúdo inaceitáveis como representante da sociedade brasileira.

Há poucos anos os Jornais noticiavam a Milícia. Sensação do momento, todos indagavam: o que é? É legal? Quem faz? É bom, irá nos trazer segurança? Era operada pela própria polícia, bombeiros, militares, aposentados ou excluídos.

É mais uma adaptação da sociedade ao anseio de terem o mínimo de segurança em suas casas, *“Doutor, é tranquilo lá em casa a gente pode dormir com a janela aberta, eu pago satisfeito.”* Palavras de um taxista do Rio de Janeiro, indagado pelo autor naquele momento histórico.

Hoje a milícia evoluiu para um poder paralelo do crime, rivalizando como os traficantes o naco nas comunidades.

A questão se resume a uma constatação: Não há vitória possível a vista. Nada que se faça terá a capacidade de mudar esta situação. Chegamos até aqui através de um processo de desestruturação social e devemos sair da mesma forma.

Devemos compreender de que não existe a bala de prata, aquela medida fantástica que mudará o caos hoje presente.

A forma de mudanças deve ser lenta, trabalhosa, há que ter persistência e buscar cobrir todos os espectros por onde permeiam a desordem social. Há que se promover um pacto social, com todos os níveis do estado e as sociedades civis, reformulando as leis, para que se possa, passo a passo, promover o estado de mudanças necessário ao exercício da cidadania.

Assim, cada pequena medida terá um impacto percentual, mínimo, mas necessário, paulatino, para que a resultante sejam as mudanças na sociedade.

Direitos devem ser defendido e garantidos pelo estado para toda a sociedade, ricos e pobres. Ora! o direito de um drogado preambular pela rua causando terror, termina onde começa o direito do cidadão cumpridor das leis, pagador de impostos poder circular livremente sem medo a iminência de um ataque. A convivência sem regras de prevenção e proteção específica para esses casos, será desvantajosa para o cidadão.

Com grande alarde neste governo, foi remetido a PEC de segurança pública:

“O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, está elaborando uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com o objetivo de melhorar a atuação do Estado na segurança pública no Brasil. A proposta visa integrar as forças policiais, fortalecer o Sistema Público de Segurança e aumentar as responsabilidades da União. Uma das mudanças mais significativas é a criação de uma nova polícia a partir da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Objetivos da PEC: A proposta de Lewandowski representa uma reformulação significativa do sistema de segurança pública no Brasil. Entre os principais objetivos estão:

1. **Integração das Polícias:** Busca-se uma maior coordenação entre as diversas forças policiais, incluindo polícias civis, militares, federais e a PRF.
2. **Fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP):** Criado em 2018, o SUSP passaria a ser incluído na Constituição, dando-lhe mais força legal.
3. **Aumento das Responsabilidades da União:** A União terá mais poder para definir normas gerais e diretrizes de políticas de segurança pública, que deverão ser seguidas por estados e municípios.
4. **Criação de uma Nova Polícia a Partir da PRF:** A PRF terá suas atribuições ampliadas, passando a atuar em ferrovias e hidrovias, além das rodovias.”

Esta iniciativa é muito bem-vinda, mas, como tantas outras será insuficiente, isto porque não está olhando a base, a estrutura dos problemas e a construção de soluções. É uma proposta como todas pretéritas. Parte da ideia que o estado tem o poder, controle e solução. Isto todos sabemos que já não tem.

Enquanto o judiciário, discute princípios, nós outros mortais, estamos presos a uma realidade factual. Assim, um determinado ministro que impõe regras, limitando o poder de polícia subir nos morros para combater o crime, esse deveria vir ao Rio de Janeiro e caminhar nestas áreas sem seguranças.

De nosso lado, através da maçonaria brasileira podemos uma vez mais erigir os pilares do passado, silenciosamente, porem de forma efetiva e eficaz. Bastaria para tanto, uma mudança de rumo, de espectadores passivos dos rumos de nosso destino, para uma postura proativa, apontando e cobrando os necessários ajustes; em nossa própria casa, discutindo nossas contradições e, mais ainda, como atores desta peça trágica a que a sociedade brasileira está submetida.

Na falta de segurança à vida.

Devemos de imediato propor uma discussão ampla em nosso meio, extrair ideias, sugestões e, a partir daí, contaminar o conjunto da sociedade. Inocular o germe, pensar e discutir ideias e soluções possíveis.

A Maçonaria possui uma relação histórica com a preservação da família, não obstante a esta ética há o aspecto legal a C.F. que é clara em seus artigos: 220; 221;

226. Nesta perspectiva os concessionários de serviço público de comunicação poderão ser emulados por força das disposições legais aplicáveis ⁽⁶⁾.

Nossa doutrina é riquíssima, ensina-nos: “Desgraçado seja aquele que extingue a chama da esperança”, esta deverá ser nossa eterna companheira, até que o inexorável ocorra e, “nosso corpo volte à terra de onde saiu e nosso espírito a Deus seu criador”.

Tirem tudo de um povo mais não lhe tirem a esperança.

Não há dúvidas sobre o grande serviço já prestado à nação pela Maçonaria. Mas por décadas estamos silentes, mas nunca inertes, assistimos a tudo sem manifestação direta, salvo uma ou duas ações pontuais sem relevância. A discrição e confiança nos poderes do Estado, motivam a nossa passividade.

Todavia, no momento devemos mudar os rumos, exaltando hoje nossos ídolos do passado sem dúvida, mas no presente discutir o que se apresenta como imperativo categórico:

Nossa realidade impõe o aproximadamente já, em detrimento do exatamente nunca.

Não obstante a tudo que foi descrito, o tema segurança pode ser abordado de muitas formas. Estamos iniciando o debate na esperança da imprescindível e necessária colaboração de todos, e principalmente dos Irmãos especialistas na área.

O que fazer, qual é a receita do bolo. Listamos algumas constatações e perguntas para reflexão, tais como:

1. O Estado não parece sensibilizado para a extensão do drama social vivido, principalmente do Rio de Janeiro;

⁽⁶⁾ De acordo com o art. 226 da Constituição Federal, “a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado”, princípio que aplicado aos meios de comunicação social implica, de acordo com o art. 221 da Carta Política, que “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos princípios de respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”, prevendo-se até mesmo a possibilidade de ingresso de mandado de injunção como forma de obrigar o legislativo a legislar sobre o modo como a família poder intervir de modo regulador nas programações.

2. A tragédia diária estampada nas mídias é fator de venda, logo convém à forma de divulgação e sua manutenção, independente desta ser mais um fator propulsor, reforçador à violência;

3. A falta de referência familiar, de nome, de identidade pessoal, de origem, produz uma legião de inominados, virtuais delinquentes inimputáveis;

4. A massa social obnubiladas pela aculturação aceita tudo, apática a este e tantos outros temas de fundamental importância;

5. O Estado (executivo) órgãos de segurança estão despreparados, ineficaz e sem instrumentos para enfrentamento da situação dado seu grau de complexidade;

6. O Estado (judiciário) está imobilizado em face da licenciosa legislação aplicável, bem como ausência de instrumentos requeridos para a recuperação do delinquente;

7. O Estado (legislativo) é lento, pela adoção do sistema bicameral, e por suas contradições internas, falta de determinação concreta, não tem capacidade de legislar a fim de estancar a situação;

8. As organizações criminosas, traficantes, ladrões, contraventores, milicianos etc. Identificaram a ineficácia e contradições do Estado e, confortáveis nesta posição, se mobilizam inclusive na política para garantirem seu espaço;

9. O M.P. suposto guardião das leis, assiste a tudo, preocupados em denunciar políticos e fraudadores. Esquecem do cidadão comum, largados a própria sorte;

10. Em face a tudo isto, a sociedade regularmente organizada, poderia iniciar um clima de basta, forjando condições para um despertar coletivo através de métodos táticos e estratégicos, em suma indo à luta, ao bom combate.

Despertando os teóricos de plantão, insistimos dizemos:

A realidade impõe o aproximado e concretamente já, em oposição ao abstrato e exatamente nunca. Ação deverá ser a palavra de ordem.

Assim, com essas considerações, propomos à Loja AME, uma ampla discussão sobre o tema e o subsequente encaminhamento dos resultados destas discussões, como medidas a serem consideradas pelo GOB-RJ, às lojas jurisdicionadas que, concluindo pela conveniência e oportunidade, possam acolher o tema de tamanha magnitude, dando a este uma dimensão regional e nacional.

No mesmo diapasão, considerar o encaminhamento de nossas conclusões ao maior número de representações da sociedade civil, de forma a dar consequência a esta iniciativa da Ame.

Como propósito de articular as discussões apresentamos abaixo alguns tópicos iniciais, que são:

1. A criação em todas as lojas jurisdicionadas do GOB-RJ, de uma comissão interna de três irmãos para produzirem trimestralmente relatórios sobre a segurança em sua área de abrangência com subsequentes denúncias e sugestões.

Justificativa - Envolver a base da instituição, produzindo constante debate a fim de compilarmos e parametrizarmos os resultados com consequente encaminhamento ao GOB-RJ.

2. O GOB RJ criar uma Comissão especial de Segurança Pública independente das assessorias já existente, que recebam mensalmente estes relatórios, formate-os, disponibilize-os para o G.O.B. para os órgãos de segurança pública, aos institutos conveniados, Ongs e demais seguimentos organizados da sociedade interessados e que estiverem sensibilizadas a este tema.

Justificativa – Dar peso ao trabalho produzido pelas Lojas, pelos Irmãos da base, consequentemente dando um efeito multiplicador e abrindo uma interlocução técnica e de alto nível com os órgãos de segurança e demais seguimentos da sociedade interessados.

3. Que a sugestão anterior seja levada ao G.O.B.DF, a PAFL, sensibilizando-o para que reproduza um modelo similar em todas as lojas jurisdicionadas.

Justificativa – Naturalmente, se desdobrarmos em um movimento nacional, nossas chances de sucesso serão maiores.

4. Sugerir para que o GOB-RJ estabeleça com órgãos privados convênio de troca de informação e cooperação, por exemplo o disque denúncia, e outros no gênero.

Justificativa – A Maçonaria, é reconhecida como uma instituição séria, independente de nossas contradições internas, desta forma, uma interlocução externa, com troca de informações teria grande efeito publicitário e ampliaria a importância das medidas tomadas com repercussão nos institutos de Segurança, Ongs etc.

5. Requerer do comando geral da Polícia Militar, um mapa do **efetivo policial operacional** e de que forma está alocado em suas respectivas áreas.

Justificativa – Boa parte do efetivo está, em desvio de função ou, transportando presos ou fazendo segurança de autoridades ou em funções administrativas etc. É fundamental que a sociedade saiba com exatidão qual é o efetivo policial ostensivo de nosso bairro, nas 24 horas, bem como, clarificar a relação: população- área a ser policiada-número, não é possível que grandes áreas de extensão tenha um número ínfimo de agentes ostensivos.

6. Sugerir aos Irmãos que detenham cargos no legislativo, uma aproximação institucional com as respectivas casas, propondo lei específica para: **Controle externo das policias Civil e Militar**, como sabemos as corregedorias internas são ineficazes. Considerar a criação de uma Taxa provisória de Segurança, reforçar o caixa do estado para que esse possa criar mais elementos de controle e enfrentamento, fomentar a interlocução das respectivas comissões de segurança, da Alerj com àquelas a serem criada pelo GOB-RJ

Justificativa - Quanto a taxa de segurança, sem dinheiro não seria possível o choque de gestão, há que se comprar equipamento, treinar pessoal contratar novos agentes, etc.

7. Buscar interlocução com o Governo Estadual, discutindo critérios para uma infinidade de questões relevantes, tais como: O uso correto policial, de armamento de guerra, comando geral das policias, das delegacias especializadas, dos batalhões, blitz arbitrárias, que confundem a população, dando margens às famosas falsas blitz. Reeducação de agentes de segurança e população, a identificar e denunciar uma série de desvios de comportamento que por sua recalcitrância pode parecer normal.

Justificativa – Não há que se falar em bala perdida numa cidade populosa como o Rio de Janeiro. O projétil que sai destas armas fura um capacete de aço a 3 quilômetros de distância, atravessa três automóveis, fura todas as paredes de uma casa. O comando geral das polícias deve ser técnico, assim como os cargos imediatamente abaixo, o relatório das atividades deve estar disponível à sociedade organizada, queremos transparência.

8. A justiça na prática dos atos. Espera-se das autoridades policiais o cumprimento da lei. A desordem vista nas ruas é antipedagógica, dá margem ao cidadão em acreditar que pode fazer igual também. Um número não desprezível, de agentes de segurança são infratores contumazes da lei que deveriam estar zelando. O processo de reciclagem, e cursos de cidadania devem ser institucionalizados e constantes para todos os agentes de segurança.

Justificativa - Um cidadão não pode se sentir aviltado ao ver um agente da lei cometer atos ilegais, a quem reclamar? A ouvidoria? Corregedoria? A delegacia de Dia? É certo que nada acontecerá. Porque não há provas, nunca há testemunhas, a palavra do policial tem relativa fé pública a do cidadão não. Assim a estória se repete. Alguns casos divulgados na imprensa mostraram o descalabro, a famosa blitz do Rambo em São Paulo, em Manaus onde um policial espanca e assassina um jovem, há na rede de computadores milhares de exemplos, tudo isto acontece diariamente, é antipedagógico e fomenta mais violência.

9. Todas as ações devem ser discutidas, entretanto sua implementação deve ser através do GOB-RJ ou a nós por delegação. Um ponto muito importante seria a sociedade civil ter acesso as câmaras da prefeitura e do Estado, o que poderia desdobrar em um verdadeiro exército de controle da população civil.

Justificativa - a Prefeitura e o Estado, e muitos órgão, mesmo os não governamentais, possuem milhares de câmeras que poderia ser disponibilizado o acesso, afim de que maior número de pessoas pudesse fazer essa vigilância.

10 Dar maior dimensão publicitária as medidas a serem tomadas e, na medida do possível contagiar outras potências Maçônicas no estado e nacionalmente focando o mote da campanha exclusivamente para Segurança do Cidadão, da mesma forma a que a sociedade civil organizada, Igrejas, clubes de serviço, templos de todas as modulações tenham acesso a essa iniciativa e possam organizar um fórum, sobre o tema com a participação ampla do Estado e da Sociedade.

Justificativa – Um dos grandes limitadores deste tipo de movimentação é a inclusão de outros temas sociais, a educação sempre será a solução para tudo, contudo medidas de controle e combate, é nosso foco neste trabalho. A educação é fator implícito sem educação não há civilidade. Dar publicidade a esta iniciativa será muito importante, estaríamos criando assim um fato político, que favoreceria a campanha, na medida de seu desdobramento.

Dito isso e, assim como no diagnóstico da Segurança Pública, o autor se utilizou da metáfora de “Tela de Televisão”, também no processo de correção aplicando a mesma metáfora, exatamente, para que seja compreendido que cada elemento de correção, não teriam efeitos isolados ou imediatos. Será um processo, um processo lento, em que cada ponto de correção, irá se sobrepor aos demais, reconfigurando a imagem de desordem a uma nova imagem reformada.

Daí, o olhar externo irá perceber sutis transformações, quer no processo educacional, forças de segurança, a política, justiça a imprensa etc.

É, um processo lento, a identificação e a resposta do Estado mas, se o passo for dado, e continuamente cobrado haverá alguma esperança.

Para tanto a sociedade civil deverá se engajar neste projeto: as diversas confissões da Igreja Católica; as Sinagogas; as Mesquitas; as diversas confissões Evangélicas; a Maçonaria; os clubes de serviço; Candomblecistas; os Espiritas em todos os seus espectros; os Sindicatos patronais e de funcionários, conselhos de classe, enfim todos aqueles que julgarem ser hora de um basta e de remodelar o sistema de Segurança Pública.

Embora sendo autarquias as associações de classe tais como: OAB, conselhos regionais, de todas as profissões liberais podem, e devem, dar a sua contribuição; da mesma forma as associações esportivas enfim, fomentarmos uma releitura Social para o bem do Brasil, e dos brasileiros.

Devemos ter cuidado, e desde já advertir, para que se abandone quaisquer paixões políticas partidárias, quer ideológicas de Direita e, ou de Esquerda. O partido a que todos devemos estar atrelados é o respeito a Lei e a Ordem. Exclusivamente somente essa perspectiva poderá ser aceita.

O diagnóstico, dos desvios de comportamento que desembocam em crimes, seus impactos e possíveis correções serão listados abaixo, de uma forma bem simplificada, exatamente, como provocação para sobre esses pontos possamos discutirmos e aprimora-los.

Os itens listados são extraídos unicamente da vivência sem dados estatísticos, assim a critério do grupo de validação podem ser alterados, ampliados ou excluídos. Na principal lógica no enfrentamento do crime contra o patrimônio é de impedir ou limitar ao máximo a possibilidade do uso da res furtiva. Em relação a outros temas tais como presídios possui uma lógica própria, entre economicidade e efetividade a ser explicada.

AME- Academia Maçônica de Estudo, CIM 128521.

1	<p>Roubo de celulares. Em termos quantitativos parece ser o maior problema do momento.</p>	<p>Revolta do cidadão. Mortes, lesões, sentimento de insegurança, existência de comercio ilegal, fomento ao tráfico, surgimento de facções criminosas, corrupção.</p>	<p>De imediata implantação. Bastando para isso regulamentar a criação de mecanismos impeditivos à habilitação de celular sem a nota fiscal e, ou a comprovação de uma aquisição legal. A exemplo do que existe em relação a automóveis. Sem isso o telefone não terá utilidade logo não será roubado.</p>
2	<p>Roubo de Carros. Crime epidêmico de norte a sul, que além do fomento a outros crimes, possui valor econômico considerável.</p>	<p>Revolta popular. Mortes, lesões, sentimento de insegurança, existência de comercio ilegal, receptação, surgimento de facções criminosas atuando neste seguimento, elevação do prêmio de seguro contribuindo a inflação, fomento a corrupção.</p>	<p>Ampliar no veículo por conta de legislação, a inscrição de códigos em tantas peças quanto seja possível.</p> <p>Proibição por tempo certo, vendas de autopeças usadas, proibição das seguradoras em venderem o produto de sinistro de perda total, obrigação de baixa da documentação do veículo com perda total, seus restos seria dirigido a siderúrgica. Se a perda é total. Esta premissa já foi calculada e cobrada no prêmio de seguro. Ao promoverem leilões a própria seguradora fomenta roubos. A lei deverá regulamentar e contemplar excepcionalidades</p>
3	<p>Roubo de caixas eletrônicos, Embora menos presente, ainda é um elemento de instabilidade e comoção social.</p>	<p>Sentimento de insegurança. Mortes, danos aos patrimonial, insegurança pública, desordem, aumento do custo bancário, fomento a criminalidade.</p>	<p>Utilização em todas as cidades de tinta própria para marcar notas. Decreto criminalizando quem estiver portando as notas demarcadas. A exemplo da serrilha em moedas de ouro.</p>

4	Roubo cargas	Morte, lesões, riscos patrimoniais, retração de novas operações do capital externo, descontrole e desordem social, aumento de frete.	Fiscalização mais eficiente, que impeçam a venda dos produtos. Sistema de rastreamento, e bloqueio eficientes, com filmagem e monitoração tempo real. Polícia mais equipada e envolvidas. Uso de inteligência.
5	<p>Armas de fogo, admissão rodoviária.</p> <p>Armas de fogo, admissão Aeroporto.</p> <p>Armas de fogo, admissão em portos.</p>	Sentimento público de insegurança. Incapacidade dos órgãos de segurança de promoverem o enfrentamento. Elevação de mortes, lesões, crime organizado, o volume de armas nas mãos dos delinquentes extrapola qualquer limite, tendo como consequência um enfrentamento bélico somente possível às forças armadas, e não mais as policias.	<p>Negociação com países fronteira, usando peso comercial do Brasil, em última medida indenizar prejuízos com perda tributaria sobre venda de armas e munições. Usar peso político, mostrando a importância de limitação a venda de armamentos.</p> <p>Investir em inteligência promover convênios, para monitorar vendedores no exterior. Aquisição e uso regular de scanners para toda carga entrante, alfandegada, ou de passageiros, como já é feito em outros países, aumento de fiscalização e de imputação penal exemplar, a todos, em especial ao funcionário público conivente.</p> <p>Maior fiscalização, pela polícia federal com uso de cães, scanners e controles aduaneiros. Auditoria externa de segurança através empresas especializadas.</p>
6	Descriminalização das drogas	Incerteza, liberdade exagerada, invasão legislativa, do STF	As câmaras baixa e alta devem assumir o protagonismo de forma, célere e contundente, traduzindo o desejo dos nacionais. A melhor solução hoje é o Plebiscito.

7	Crimes institucionais. Titulares do Judiciário e servidores, políticos, fiscais, funcionários públicos em todos os níveis.	Uma das principais origem da situação atual é o exemplo passado por quem deveria ser o espelho de lisura. A situação não tem freio, quando alguém se lança nessa cruzada mais adiante se vê que tinha interesses pessoais.	Considerar as questões regionais e dar maior capacidade aos estados em legislar sobre determinadas áreas. Rever o sistema bicameral, de formas a norma legal possa ter capacidade de resposta imediata.
8	Tráfico de drogas	Mortes, lesões, insegurança, lavagem de dinheiro, cooptação de infantes, fortalecimento de facções criminosas atuando neste seguimento, dinheiro ilegal que retroalimentaria todo um sistema criminoso, corrupção e com fins eleitorais.	Obrigatoriedade de exame antidoping para todos os funcionários públicos federais, estaduais e municipais, profissionais liberais para renovação e obtenção carteira CNH, etc. Isto iria reduzir o espectro de consumo e juntamente em bloco com outras medidas reduzira em algum graal a situação atual.
9	Arbitrariedade policial	Assassinatos, lesões, agressões desmoralizantes, fraude processual, o natural tem um sentimento de vilipendio, impotência, logo fomentador de desordem civil.	Mais treinamento, filmagem de todas as abordagens por parte do agente público e permitindo e incentivando que o civil faça o mesmo. Penalizando o agente público que impeça a filmagem.
10	Falsas abordagens policial	Mortes, lesões, sentimento de insegurança, famoso bonde do crime, ambiente para todo tipo de agressão ao cidadão.	Maior policiamento, impedir blitz com um veículo sem a devida ordem de serviço, o estado somente fazer ações devidamente aparelhado tipo operação lei seca, para não gerar confusão.
11	Acidentes de trânsito.	Direção inconsequente, mortes, lesões corporais, riscos a vida e ao patrimônio, etc.	Criminalização rigorosa, para o condutor e proprietário do auto, adoção de placa móvel e pessoal, assim ao ser trocado o automóvel se procede o recadastramento do novo carro, entretanto a placa estar atrelada ao CPF do seu titular.

12	Corrupção policial	Revolta da população, desmonte do aparelho de estado, estado paralelo, perda de credibilidade e de eficiência.	Maiores salários, atribuindo um peso a função policial, maiores penas para corrupção, uso de filmagens, maior engajamento da tropa, exemplo deve vir de cima, criação de uma corregedoria independente. Treinamento, cursos e fiscalização.
13	Desobediência civil	Desrespeito às leis, atos de greves ilegais, atuação sem a competente autorização do estado, descumprimento desde pequenos delitos até coisas mais graves com invasão de prédios públicos.	Respeitar a majestade do estado. Implantação de política de tolerância zero, dando o estado o exemplo de respeito e de zelo, este poderá exigir do cidadão similar comportamento.
14	Descontrole social, grupos de delinquentes circulando sem controle, bailes da desordem, festas com venda de drogas explícitas etc.	Desordem urbana, desrespeito ao semelhante, ambiente propício ao consumo de drogas, doenças, roubos, e toda sorte de esbórnia, observância ao horário noturno de silêncio etc.	Liberdade, responsabilidade, permitir estes eventos se atendidas as regras legais, que aliás já existem mais ninguém cumpre. Rever as contravenções penais, e a cada caso estudar ou, transformar em crime ou, dar maior fiscalização e penalização.
15	Armas uso restrita	Morte, frontal agressão ao Estado; Terroristas urbanos, o portador deste tipo de artefato está inserido em um estado paralelo com total desrespeito às leis e ordem.	Opção legislativa para uma resposta firme. Desarme incontinente destas armas, com crescente utilização da força através de meios cabíveis sem penalização ao policial pela morte do delinquente.
16	Armas de fogo não restritas, e brancas.	Potencial uso para roubos, intimidações extorsão, confronto com o estado etc,	O portador deste tipo de artefato está desrespeitando às leis e a ordem pública, sendo possível devem ser presos e responderem com o máximo rigor legal. Entretanto podem ser alvejados se estiverem em confronto com a autoridade policial.

17	Imputabilidade Penal	É evidente que os jovens com idade inferior a 18 anos são usados como instrumento do crime; e hoje com Internet, televisão, informação, não há mais inocentes aos 17 anos etc.	Através de medida legislativa própria conseguir imediata Redução, se for o caso fomentar a modulação da jurisprudência para: Idade emocional mental versus idade cronológica , mesmo senso é usado para se declarar a imputabilidade.
18	Presídios estaduais ordinários.	Tráfico, extorsão, mortes, lesões, elevadíssimo custo e ambiente de corrupção e ineficiência, escolas do crime.	Transferir a administração para iniciativa privada, com adoção de orçamento inferior ao absurdo hoje existente, licitar e transferir administração destes presídios, atendendo ao critério de legais e de ressocialização. Cada presídio deveria ter um juiz corregedor, encarregado pelo cumprimento da pena e em dar respostas a quaisquer questões.
19	Presídios federal de segurança máxima	São necessários para abrigar os delinquentes perigosos e líderes, deve se reduzir ineficiência, e fomentar o trabalho e ressocialização.	Construir em regime de urgência PPP no mínimo um presídio federal em cada estado. Administrado pela iniciativa privada.
20	Política social ao preso	Necessário a sobrevivência da família do preso, mas deve ser reavaliada em face a utilização destes recursos. Prisão não pode ser profissão.	Em ambos os casos a legislação deve ser revisitada e adequada. Com muita discussão e participação da sociedade civil.
21	Política social à vítima	Igual tratamento deve ser dada a vítima se provado no processo a sua impossibilidade de sustento.	Em ambos os casos a legislação deve ser revisitada e adequada. Com muita discussão e participação da sociedade civil.

22	As policias PM e Policia Civil. SSP;	Hoje em descredito, sem efetiva capacidade de enfrentamento, estão sem ambiente político para seguirem com a missão de promover a segurança do cidadão.	Criar meios legais para a extinção da polícia civil, polícia militar, SSP. Criando uma polícia com um único comando e com estatuto novo. Preferencialmente com hierarquia militar. Criar assim um órgão único de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.
23	Delinquentes, irresponsáveis e sem respeito próprio ao Estado a família e aos cidadãos. Tenham a idade que tiverem.	Ingresso no crime, ou se associando a este direta ou indiretamente, este jovem sem uma formação educacional de base, o jovem em especial tornou-se uma individuo sem limites, e assim uma porta aberta a delinquência.	Combate deve vir pela educação. Implementar nas escolas matéria de cidadania e civilidade, criar políticas e programas públicos de valorização, a família a tradição e ao respeito ao próximo.
24	Sociedade descrente do poder público se aliando ao traficante como seu provedor.	Consequência é o aumento exponencial do crime cada dia mais fortalecido pela contribuição de moradores e membros da comunidade.	Ação de Estado, entrar nas comunidades com as secretarias de ação social, saúde, educação, e de segurança, ao mesmo tempo massificando o combate ao crime, fazendo parte da vida da construção e não da morte.
25	Desemprego	Ausência de condições sustento, informalidade, perda de dignidade. Com possível aceitação a práticas ilegais...	O estado deve promover políticas de inclusão no mercado de trabalho, criando cursos voltados ao serviço, única atividade capaz de alocar mão de obra em quantidade é serviços. O turismo é a vocação natural do estado.
26	Corrupção do gestor público, em construções, off Shore, hospitais, universidades etc.	Crime que ataca frontalmente o estado, a cidadania, descredito público, perda de capacidade de investimento, oneração para produtos e serviços necessários a máquina pública etc.	Há que se rever a legislação aplicável, com a penalização exemplar do gestor se provado o ilícito corrupção. A esses a pena deverá ser severa.

27	Roubos joias e a joalherias	Morte, fomento ao roubo a desordem, redução da auto estima do natural, financiamento de atividades ilegais.	Fortalecer e adaptar a operação de penhor Caixa Econômica Federal. E criar norma para outras atividades similares.
28	Saidinha de banco	Mortes, lesões, sentimento de insegurança, facções criminosas atuando neste seguimento, desordem pública.	Criar sistemas de identificação, ou por biometria ou facial, assim quaisquer pessoas que entrar no banco já terá sua identidade conhecida. Para tanto basta uma comunicação do sistema de biometria com o instituto Feliz Pacheco ou outros que disponham dos dados.
29	Intimidação a pessoas na rua, pequenos roubos, sequestros relâmpagos, arrastões...	Mortes, lesões, Insegurança, sentimento de desordem social, perda de confiança no estado, perdas patrimoniais, redução de turistas, imagem negativa da cidade para o mundo, redução de investimentos	Maior policiamento, resultado de uma política global com mais empregos, repressão ao tráfico, as armas, este item terá uma redução natural a partir da eficiente implementação dos itens acima descritos, sua redução será uma consequência natural.
30	Tempo de resposta do estado, para questões pontuais em proteção a pessoa e ao patrimônio.	O infrator, atua sem preocupação, uma vez que o modelo existente é ineficiente, lento, não sendo capaz de implementar efetividade.	Criar em cada batalhão de polícia um grupo de elite de assalto, que tenha ferramentas físicas e técnicas capaz de imprimir uma resposta efetiva pontual a determinadas situações.

31	Exposição a riscos e ataque de toda ordem a profissionais da segurança pública,	Profissional da segurança pública está indefeso, sem suporte adequado do estado, risco a si e a seus familiares é uma realidade. O que o faz muitas vezes a fechar os olhos a determinados crimes.	Criar estrutura de moradia em condições e em áreas determinadas, oferecer suporte legal, ao policial e familiares.
----	---	--	--